



UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados



Resumo Executivo

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL

Subsídios para elaboração de políticas



Nota de agradecimento do ACNUR

O lançamento do estudo **“Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil”** é um marco na produção de conhecimento sobre o tema de refúgio no Brasil e a integração ao país desta população altamente vulnerável.

O ACNUR agradece a todos os pesquisadores e colaboradores envolvidos neste estudo, particularmente as seguintes universidades, a maioria integrante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Campinas, Fundação Casa Rui Barbosa, Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal do Amazonas e Universidade Federal de Santa Catarina.

Nossos agradecimentos também são direcionados a outras organizações envolvidas nesta pesquisa, que foram essenciais para a execução deste projeto: Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Departamento de Polícia Federal, Observatório das Migrações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal da Grande Dourados, organizações da sociedade civil e organizações parceiras implementadoras do ACNUR.

Finalmente, agradecemos a todos os entrevistados que consentiram em responder às questões desta pesquisa.



SUMÁRIO

- 
- 02** > Introdução
 - 05** > Escolaridade, Diplomas e Conhecimento Lingüístico
 - 06** > Moradia e Gastos Domésticos
 - 08** > Perfil Laboral, Mercado de Trabalho e Uso das Habilidades Profissionais
 - 11** > Vínculos com o país de origem e riscos financeiros
 - 12** > Direitos, Deveres e Uso de Serviços Públicos
 - 13** > Integração Sociocultural
 - 14** > Integração política e Cidadania
 - 15** > Obstáculos à Integração e Perspectivas futuras
 - 16** > Palavras finais

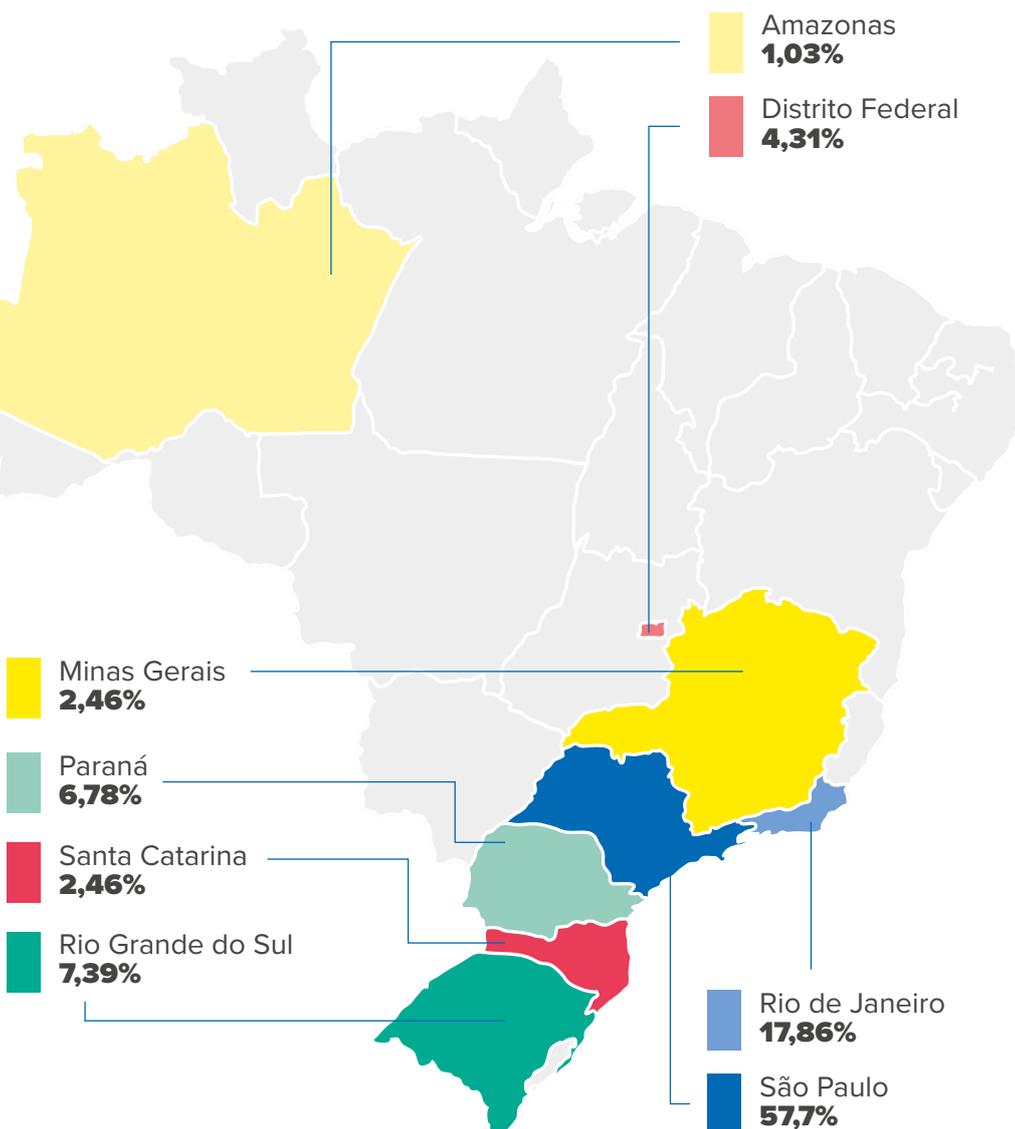
Introdução

O presente Resumo Executivo é o resultado sintético da análise socioeconômica sobre parcela dos refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) hoje residentes no Brasil, conforme acordo estabelecido entre as Cátedras Sérgio Vieira de Melo de diversas universidades brasileiras¹ e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Brasil.

Para a realização do trabalho de campo foi elaborado desenho amostral intencional por cotas que levou em consideração a população refugiada

no Brasil. No intuito de analisar diversas variáveis sócio demográficas e laborais, foi estabelecido um total de 500 entrevistas. Essa amostra foi aplicada em 14 cidades, distribuídas em oito Unidades da Federação - São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas - que concentram 94% dos refugiados sob a proteção do governo brasileiro. A alocação do número de entrevistas em cada uma das cidades levou em consideração a participação relativa de cada uma delas no total da amostra.

1. Participaram dessa pesquisa as Cátedras Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal do Paraná, a quem coube a coordenação geral, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual de Campinas, da Casa Rui Barbosa (RJ), da Universidade de Brasília, da Pontífice Universidade Católica (MG), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa contou ainda com a participação dos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (LAEMI-UnB).



Número de entrevistados por cidades e estados

SP	São Paulo	267
	Guarulhos	14
RJ	Rio de Janeiro	81
	Duque de Caxias	6
RS	Porto Alegre	17
	Sapiranga	10
	Passo fundo	7
	Venâncio Alres	2
PR	Curitiba	20
	Foz do Iguaçu	13
DF	Brasília	21
MG	Belo Horizonte	12
SC	Florianópolis	12
AM	Manaus	5

Número de entrevistados por UF

Resposta	Frequência
AM	5
DF	21
MG	12
PR	33
RJ	87
RS	36
SC	12
SP	281
Total	487

Da amostra inicial de **500 refugiados**², foram entrevistados 487 refugiados, o que corresponde a 97,4% do total, residentes nas 8 Unidades da Federação previstas: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Amazonas e Distrito Federal.

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 13 de junho de 2018 e 20 de fevereiro de 2019, por 8 equipes, cada

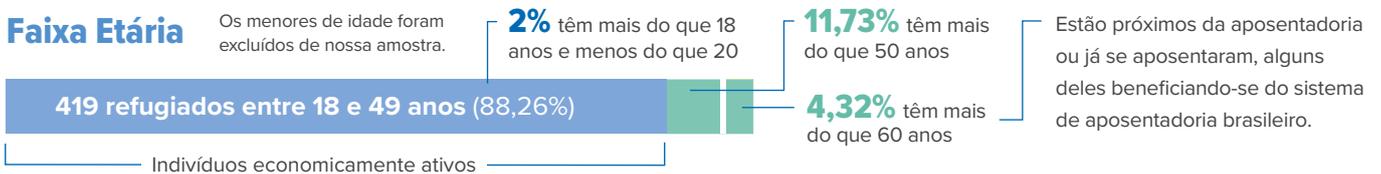
uma delas tendo sido responsável por uma Unidade da Federação, resultando no conjunto de entrevistas por estado, distrito federal e cidade.

A análise que se segue diz respeito ao conjunto de 487 refugiados entrevistados, a partir de uma seleção das respostas mais pertinentes dentre aquelas presentes no Questionário de Base.

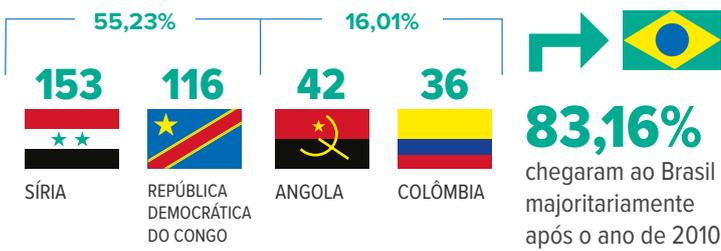
2. O número de 500 refugiados foi obtido através de amostragem intencional em um universo de 4.514 refugiados, correspondente a 84,9% do total de 5.314 refugiados residentes no Brasil, conforme base de Refugiados no Brasil disponibilizada ao ACNUR pela Polícia Federal/ Ministério da Justiça.

Faixa Etária

Os menores de idade foram excluídos de nossa amostra.



Nacionalidade e procedência



O conjunto de entrevistados origina-se majoritariamente de quatro países: Síria, República Democrática do Congo, Angola e Colômbia. Somando os refugiados desses 4 países, temos **71,24% da amostra total**. Pode-se afirmar assim que a análise que se segue, em compasso com o universo dos Refugiados hoje residentes no Brasil, diz principalmente respeito a esse conjunto de indivíduos.

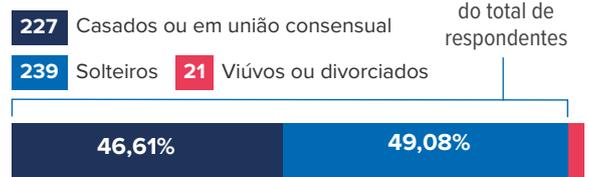
Em consequência, o país passou a conceder refúgio também muito recentemente. Foram **389 (83,84%) concessões** de refúgio após o ano de 2010.

Gênero

A pergunta foi: **Qual é o seu gênero?** As opções foram: masculino, feminino, homem transgênero, mulher transgênero e outro. Nesse último caso, era necessário especificar.



Estado Civil



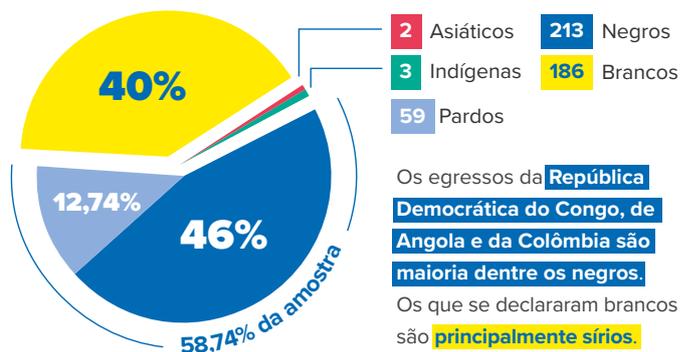
Religião



Esses dados confirmam a origem de boa parte dos entrevistados (Síria e República Democrática do Congo). Nota-se aqui, contudo, o pequeno número de protestantes em relação aos evangélicos, e a importância dos últimos em relação aos católicos. Dentro desse universo religioso, nota-se ainda os números de 4 indivíduos que não responderam a questão e

Raça ou cor

Em relação à raça ou cor (auto-declaração, seguindo metodologia do IBGE), houve apenas 24 "não informantes", o que demonstra bem que houve incômodo apenas diante de certas perguntas, por exemplo, a questão de gênero.





O desconhecimento do idioma local é uma barreira para a adaptação de pessoas refugiadas no país de acolhida. No Brasil, esta população tem acesso a aulas gratuitas de português.

Escolaridade, Diplomas e Conhecimento Linguístico

Os refugiados demonstram elevado capital linguístico e capital escolar acima da **média brasileira**³, ou muito acima se considerarmos apenas a **população brasileira negra e parda**⁴. Com efeito, apenas 13 refugiados (2,7%) dos refugiados informantes não haviam completado o Ensino Fundamental, 3 outros declararam-se analfabetos (0,6%), num total de 16 ou 3,3% que estão nessa faixa contra 41% da população brasileira. Por outro lado, 166 ou 34,4% dos refugiados informantes concluíram o Ensino Superior, 15 deles já tendo cursado alguma pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) contra 15,7% da população brasileira que concluiu o mesmo **nível de ensino**⁵.

Quadro 3: Escolaridade

Resposta	Frequência
Analfabeto	3
Ensino fundamental incompleto	13
Ensino fundamental completo	58
Ensino médio completo	242
Ensino superior completo	151
Especialização completa	8
Mestrado completo	6
Doutorado completo	1
Não informado	5
Total	487

O importante número de diplomados de nível superior encontra, contudo, um problema de monta: o alto índice de diplomas não revalidados. Com efeito, encontramos apenas 14 refugiados que conseguiram revalidar seus diplomas (em todos os níveis de ensino e em formações profissionais diversas) no Brasil, contra **133 refugiados que não conseguiram revalidar**⁶. Além de capital escolar elevado, em comparação com a população brasileira, o conjunto de refugiados entrevistados revelou alto

capital linguístico. Contudo, ambos capitais não estão se traduzindo em capital econômico (emprego e renda), como mostramos adiante.

A grande maioria dos entrevistados informantes (92,2% do total de 487) declarou **falar português**⁷. Para a análise sobre a importância do curso de português no desenvolvimento de outras habilidades linguísticas e na empregabilidade, excluímos os 46 angolanos que não fizeram e, obviamente, não precisam fazer curso de português. Assim, temos 203 entrevistados (249 – 46 angolanos) que não fizeram curso contra 235 que fizeram ou estão fazendo curso (53,66%) dentre os informantes que necessitaram desse aprendizado, demonstrando tanto a necessidade como o fato de que não tem havido oferta suficiente de cursos ou que a oferta existente não tem alcançado os refugiados.

Finalmente, a alta taxa de escolaridade apresenta-se como estímulo à continuação dos estudos no Brasil. Excluindo-se da análise os “não informados”, temos 81 casos de refugiados que não pretendem estudar no Brasil (por motivos diversos) contra 290 que demonstram esse interesse.

3. Segundo dados da PNAD para o ano de 2017, 33,8 da população brasileira tem o Ensino Fundamental incompleto e apenas 26,8% tinha concluído o Ensino Médio completo. Para maiores detalhes, ver <http://bit.ly/2Jzpm75>. Acesso em 22 de março de 2019.

4. Segundo o IBGE, 47,4% da população negra ou parda brasileira divide-se entre aqueles que não têm instrução alguma (iletrados) e aqueles que não completaram o Ensino Fundamental. <https://bit.ly/2LXui2G> Acesso em 22 de março de 2019.

5. Notemos, contudo, que os dados educacionais para o Brasil referem-se à população adulta, ou seja, com mais de 25 anos, enquanto nosso universo foi composto de pessoas com mais de 18 anos. Portanto, é de se supor que a população entrevistada seja ainda um pouco mais qualificada do que a nacional.

6. É de se supor que o grande número de “não informados” diga respeito aqui aqueles que não tinham diploma a ser reconhecido.

7. Não foi realizado aqui um teste linguístico. Porém a capacidade de entendimento das perguntas coincidiu com as respostas afirmativas a essa questão.

Moradia e Gastos Domésticos

O tipo, a condição e os gastos com moradia evidenciam a situação socioeconômica cotidiana do refugiado entrevistado. 105 refugiados (21,6% dos entrevistados totais) residem em domicílios coletivos ou outro tipo de unidade compartilhada. Na prática, estão alugando quartos individuais em hotéis, pensões ou residências coletivas, como vimos na pesquisa de campo, alguns deles em regiões precarizadas dos centros urbanos onde residem.

Em relação à condição de residência, 346 entrevistados (90,58% do total de 382) residem em moradias alugadas enquanto que 6 (menos de 2%) outros vivem em unidades “cedidas”. No outro extremo, apenas um pequeníssimo número de refugiados reside (26 ou 6,8% do total de 382) em residências próprias, indicando provavelmente o início, ainda que débil, de processos de patrimonialização e integração socioeconômica.

O número de habitantes por residência é outro fator de medida da condição geral de vida. A grande maioria dos entrevistados informantes (290 ou 76,1%) vive em residências com até 4 pessoas, padrão clássico de famílias com um ou dois filhos ou um casal com parentes e/ou amigos.

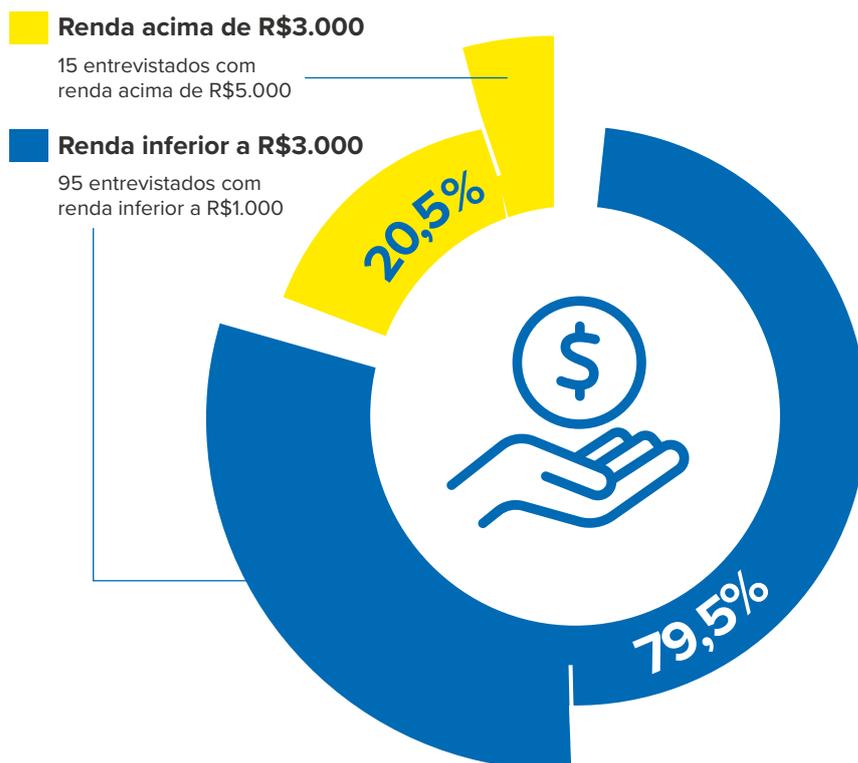
No intuito de medir a qualidade de vida dos entrevistados, realizamos duas outras análises. Primeiro, analisamos a **renda domiciliar mensal**⁸ e, em seguida, verificamos que percentuais dessa mesma renda são alocados em gastos com educação, saúde e lazer. Dentre aqueles 395 entrevistados que

informaram sua **renda mensal**⁹, **314 entrevistados (79,5%)** têm renda inferior a R\$ 3.000,00, sendo que 95 deles têm renda inferior a R\$1.000,00. Os **20,5% restantes** têm renda domiciliar acima de R\$ 3.000,00 mensais. Dentre os últimos, apenas 15 refugiados (menos de 4%) declararam renda domiciliar acima de R\$ 5.000,00.

A baixa renda explica os poucos gastos em atividades essenciais. Dentre os 468 casos informantes, 314 (67%) afirmaram que não é suficiente para cobrir as despesas correntes. A principal solução à insuficiência de renda é trabalhar mais para 38,8% dos entrevistados informantes. Em seguida, temos a redução de gastos com alimentação para 22% dos entrevistados. Compras ou pagamentos a crédito e a prática de solicitar empréstimo aparecem em seguida nas respostas dos entrevistados, em 16,8% e 16,2% dos casos.

8. Trata-se aqui da renda por domicílio independente daqueles que contribuem para ela. Assume-se, porém, que todos os residentes dela se beneficiem.

9. Temos aqui uma informação sempre delicada a obter. Em grande parte das vezes, o entrevistado não quer declarar quanto (a família) ganha e/ou não sabe exatamente devido ao tipo de trabalho que realiza ou que realizam os outros membros, que também contribuem com a renda mensal.



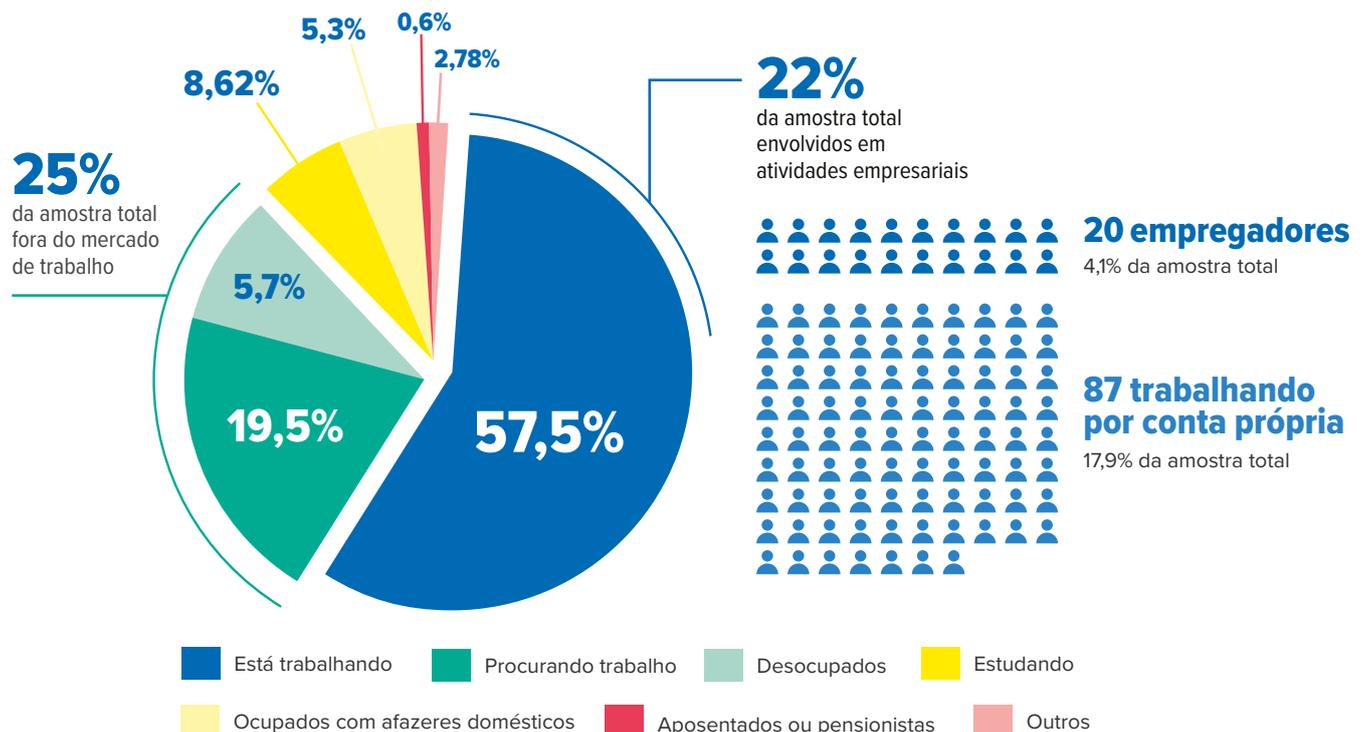


Alguns gestos simples são importantes para comprovar a integração de pessoas refugiadas na sociedade de acolhida, como comprar verduras na feirinha local.

Perfil Laboral, Mercado de Trabalho e Uso das Habilidades Profissionais

A grande maioria dos entrevistados está trabalhando (**280 ou 57,5%**). No outro extremo, **95 refugiados (19,5%)** estão procurando trabalho - índice de desemprego bem mais elevado do que a média nacional - enquanto que **28 entrevistados (5,7%)** estão desocupados, ou seja, não estão empregados nem estão procurando emprego. No total, portanto, 123 entrevistados (25,2%) de nossa amostra estão fora do mercado de trabalho, um número bastante preocupante se lembrarmos que se trata de população muito vulnerável, obrigada a deixar seu país de origem em condições de grande fragilidade e que **não está conseguindo gerar renda no país de destino**¹⁰. Por outro lado, **26 entrevistados (5,3%)** declararam-se ocupados com “afazeres domésticos” e **3 refugiados (0,6%)** são aposentados ou pensionistas. Finalmente, **42 refugiados** estão fazendo “estudos” e, portanto, não estão trabalhando nem procurando emprego, ou seja, provavelmente sustentam-se com recursos próprios ou são mantidos por familiares e/ou amigos.

10. Como veremos, as remessas vindas de residentes nos países de origem confirmam essa fragilidade.



Em relação aos 280 entrevistados que estão envolvidos em algum tipo de atividade laboral, verificamos inicialmente uma pequena proporção de **20 entrevistados empregadores (4,1%)** empregando um ou mais trabalhadores em sua atividade empresarial, mormente o comércio estabelecido com sede física seja imóvel comercial, seja ainda na própria residência como é o caso daqueles que produzem alimentos para venda. Além disso, temos **87 refugiados (17,9%) trabalhando “por conta**

própria”. Ao total, são 107 refugiados (22%, quase ¼ da amostra total) em atividades empresariais. Esse dado demonstra que o empreendedorismo não é apenas um sonho, mas uma realidade. Finalmente, somando esses últimos empreendedores com aqueles que declararam interesse em empreender, temos um alto potencial de empreendedorismo, indicando assim que a integração dos refugiados à realidade sócioeconômica brasileira é um processo em curso.

O uso das habilidades profissionais no mercado de trabalho (formal ou informal) é bastante revelador do fenômeno de desclassificação socioeconômica (de queda em seu status socioeconômico) a que são submetidos os refugiados e imigrantes em geral. Esse fenômeno, bastante corrente em relação às migrações sul-norte, revela-se também aqui no caso das migrações sul-sul, corroborando situações similares verificadas alhures. Em termos específicos, os refugiados entrevistados não têm conseguido se valer de suas competências profissionais. Isso ocorre por diversas razões, mas não necessariamente porque o mercado de trabalho é restrito ou não esteja em expansão. O fato é que para acessar empregos qualificados, os refugiados precisam validar seus diplomas. Essa dificuldade explica grande parte dos problemas enfrentados.

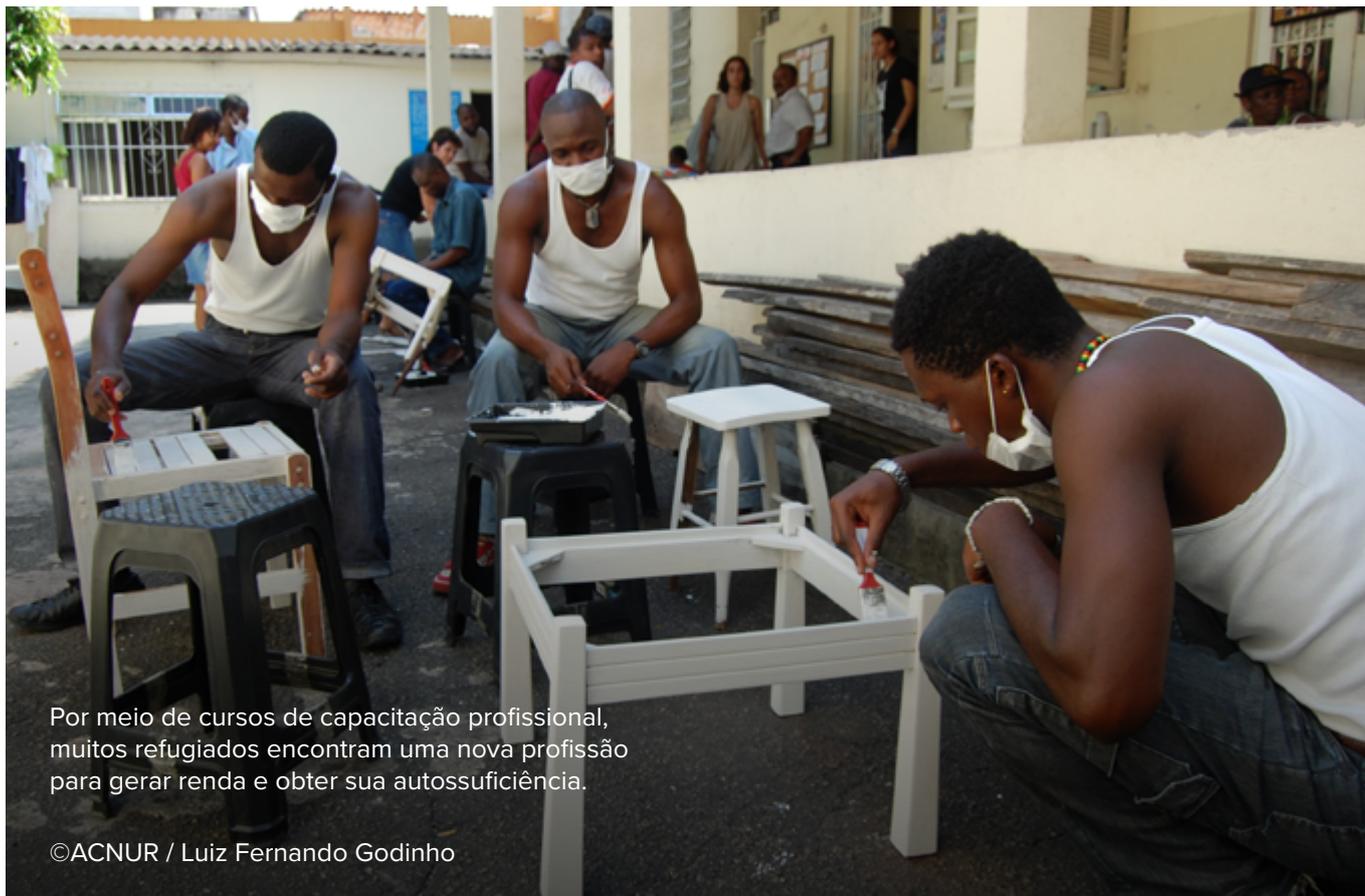
Dentre os 462 refugiados informantes, 315 (68,2%) não utilizam suas habilidades profissionais nos atuais

trabalhos contra apenas 147 (31,8%) que as utilizam. Esse dado pode estar revelando falta de informações e/ou de oportunidades. Porém, pode ser explicado pelo baixíssimo número daqueles que conseguiram revalidar seus diplomas, apenas 14 casos.

O “mercado de trabalho” foi apontado como o principal obstáculo em conseguir emprego por 227 entrevistados (46,1%). Contudo, há outros obstáculos que se somam, tais como a falta de domínio do idioma (citado 148 vezes) e ser estrangeiro (citado 99 vezes), foram lembrados por mais de 20% dos entrevistados. Em seguida, temos a falta de recursos para buscar trabalho (citado 93 vezes), falta de documentos (citada 54 vezes) e o preconceito racial (citado 53 vezes). Deficiência na formação escolar (citado 35 vezes) e ‘não ter com quem deixar os filhos’ (citado 18 vezes) completam a lista.



Ao vender comidas típicas no seu país, esta família de refugiados sírios demonstra que sua cultura é a base para desenvolver seu próprio negócio.



Por meio de cursos de capacitação profissional, muitos refugiados encontram uma nova profissão para gerar renda e obter sua autossuficiência.

©ACNUR / Luiz Fernando Godinho

Tendo em vista a situação atual do mercado de trabalho no Brasil, investigamos a disposição em empreender. Aqui, essa disposição foi afirmada por **386 entrevistados (79,3%)** contra **101 (20,7%)** que não desejam fazê-lo. Analisando os fatores que “poderiam dificultar ou dificultam” o empreendimento, (somente dentre aqueles que responderam ‘sim’ à pergunta anterior), temos a “falta de recursos financeiros” (302 dentre 386 informantes ou 78,2%) como o principal obstáculo. A “falta de apoio técnico” (24,3%) e o “desconhecimento sobre como abrir” (desconhecimento dos procedimentos burocrático-legais em 19,7% dos

casos) são fatores que, em certa medida, se somam. Finalmente, temos o problema do idioma e o fato de ser estrangeiro, citados por 18,4% e 12,7% dos refugiados, respectivamente. Nota-se aqui a persistência do fator “ser estrangeiro” como obstáculo – também citado como dificuldade para obtenção de emprego – que também pode ser vinculado ao “problema” com o idioma. Isso comprova a análise geral de uma população recentemente instalada no Brasil, muito ligada à família e aos nacionais, pouco integrada, com pouco conhecimento formal da sociedade brasileira e ainda à procura de seus próprios espaços socioeconômicos.

Disposição em empreender



Fatores que poderiam dificultar ou dificultam o empreendimento





Vínculos com o país de origem e riscos financeiros

Os laços financeiros com o país de origem (remessas enviadas e recebidas, dentre outras formas) compõem o conjunto de indicadores que, a um só tempo, revela a vulnerabilidade econômica (imigrante econômico, refugiado, etc.) e seu grau de integração na sociedade de destino. Do mesmo modo, demonstra a existência de redes, famílias transnacionais e outros laços sociais passados e presentes para com grupos (familiares e amigos) residentes no país de origem e também no país de destino.

A manutenção dos laços sociais com o país de origem se faz basicamente através do acompanhamento das manifestações culturais e políticas em sua terra natal. Nota-se aqui o forte apego cultural dentre os refugiados entrevistados uma vez que 425 refugiados (87,3%) revelam acessar, pela internet, as manifestações ou obras artísticas (músicas, filmes, etc.) produzidas em seus países de origem.

Dentre os 487 entrevistados, 461 refugiados afirmaram manter contato com familiares e amigos ainda residentes em seus países de origem e/ou instituições locais. Desses, 457 mantém relações com parentes, 270 com amigos e apenas 30 com instituições, revelando assim a importância das comunidades e famílias (algumas delas transnacionais) no contexto atual das migrações, como atestam diversos estudos sobre o tema. Analisando as dívidas contraídas durante o deslocamento, nota-se uma situação quase que inteiramente resolvida. Apenas 43 entrevistados (9%) ainda têm dívidas a saldar. Contudo, seu valor (acima de R\$ 3.000,00) em 26 dos casos, possa ser considerado elevado.

Os contatos com os familiares e com o país de origem assumem diversas formas, inclusive financeira, nas modalidades de envio ou recebimento de recursos.

Praticamente a metade dos entrevistados (233 ou 49,9%) mantém laços financeiros (enviando, recebendo remessas ou ambos), revelando alto grau de dependência mútua e forte ligação com o país de origem. Não obstante, quando relacionamos esse número aos 461 refugiados entrevistados que declararam manter contato com familiares, pode-se deduzir que grande parte desses contatos envolvem remessas.

Analisando agora a direção dessa dependência, temos um percentual maior daqueles que enviam recursos (69,55% do total de 243) em relação àqueles que apenas recebem (24,3%). Embora o valor mensal enviado seja inferior R\$ 500,00 para a maioria das situações (123 casos), os parentes são a imensa maioria aqui (184 casos ou 94%) e os recursos enviados têm como destino gastos básicos de consumo dos familiares (146 dos 184 casos de famílias que recebem recursos). Finalmente, apenas pouco mais de 8% dos casos enviam mais do R\$ 1.000,00 mensais.

Os dados acima demonstram que as dificuldades cotidianas do refugiado no Brasil estão relacionadas às situações, talvez ainda mais difíceis, daqueles que não migraram. Dito de modo inverso, a sobrevivência dos que não migraram impacta negativamente a qualidade de vida dos refugiados migrantes instalados no Brasil.

Em relação aos recursos recebidos, a situação se apresenta, ainda que em pequeno número, com as mesmas características. Em que pese o grande número de não informados aqui (59 em 74 casos), são os parentes que enviam e as somas não ultrapassam a casa de R\$ 1.000,00 mensais em 78% dos casos.

Direitos, Deveres e Uso de Serviços Públicos

A utilização de serviços públicos é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais importantes são o conhecimento do direito de usá-los, sua visibilidade, sua qualidade e, eventualmente, a necessidade/dependência dos refugiados em relação a eles. Contudo, a não uniformidade entre os serviços e sua qualidade variável, por vezes tanto dentro da mesma cidade quanto dentre as diversas regiões país, não permite generalizações.

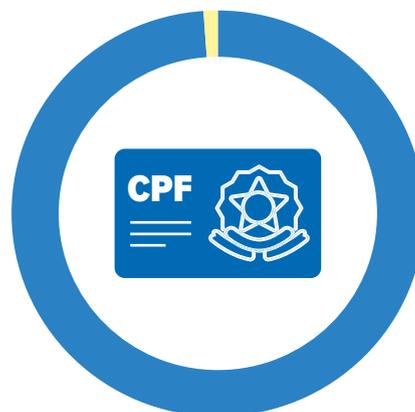
O conhecimento dos direitos e deveres revela grau de integração sócio jurídica dos refugiados entrevistados. Assim, parcela bem significativa de nossa amostra de informantes, 33%, não está integrada juridicamente porque desconhece qualquer dever ou direito ligado à sua condição. Por outro lado, 1/3 afirmara conhecer parcialmente seus direitos e apenas 1/3 declaram conhecer de fato seus direitos e deveres.

Em relação à segurança jurídica, a quase totalidade dos refugiados tem os principais documentos: **CPF, 483 (99%), Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), 450 (92%) e Carteira de Trabalho, 413 (84%).** São esses documentos que lhes garantem os mesmos direitos e deveres que os nacionais (trabalhar legalmente, alugar ou adquirir bens, habitar, abrir contas em bancos, crediários diversos etc.), com exceção dos direitos políticos. Contudo, chama a atenção o pequeno número daqueles que têm o Número de Identificação do Trabalhador (NIT) ou o PIS (Programa de Integração Social), porque ambos dizem respeito ao trabalhador e, eventualmente, lhes permitem receber ao abono salarial quando seu salário mensal não ultrapassa dois salários-mínimos.

Os serviços públicos de saúde são os mais utilizados por 444 refugiados entrevistados (91% do total da amostra). Em seguida, temos os **serviços educacionais**¹¹, utilizados por 201 refugiados (41% do total da amostra). Os serviços de assistência social são igualmente pouco acessados: apenas 93 refugiados (19% do total da amostra). Finalmente, 71 refugiados (14,6% do total da amostra) declaram acesso a algum tipo de serviço da previdência (seguro-saúde; seguro-maternidade, etc.), número inferior mesmo àqueles que contribuem para a previdência social (34% de nossa amostra total).

Além desses, os benefícios sociais - Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Previdência e/ou os Programas de transferência de renda – estão alcançando um número bastante reduzido de 86 refugiados, 17,8% dos entrevistados. Enfim, em relação aos programas assistenciais, destaca-se o Programa Bolsa Família que atende 83% desse pequeno grupo, demonstrando assim sua visibilidade e capilaridade. Por outro lado, os dois casos de refugiados que se beneficiam do BPC confirmam a idade de aposentadoria de alguns deles.

11. Esses serviços dizem respeito a qualquer tipo de formação curta (cursos de português, informática, de padeiro, etc.), oferecida tanto por instituições públicas quanto privadas ou religiosas, a que o refugiado tem acesso.



99% 483 entrevistados possuem Cadastro de Pessoa Física



84% 413 entrevistados possuem Carteira de Trabalho



92% 450 entrevistados possuem Registro Nacional do Estrangeiro

Integração Sociocultural

Os dados colhidos indicam baixo nível de integração e de associativismo. Indicam, porém, paradoxalmente, perspectivas futuras positivas (inclusive em termos de ascensão econômica) em relação à permanência no Brasil.

Os processos integrativos limitam-se ao trabalho e a rede mais próxima e confiável do refugiado, fato especialmente observado em regiões de fronteira, como a cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Indicam ainda, em alguns casos, situações de recolhimento voluntário. Isso se explica por que, em certa medida, os refugiados são indivíduos desterrados, sem grande capacidade ou, por vezes, devido a temores diversos, de interesse de integração. No outro extremo, os processos de sociabilidade, de trabalho, as oportunidades educacionais e/ou afetivas e a dificuldade do retorno criam inesperadas situações de integração.

A grande maioria dos entrevistados (71,5% do total de 477 informantes) não participa nem é membro de nenhuma associação. Dentre aqueles 136 refugiados que participam de uma ou mais entidades, temos as associações de migrantes e/ou refugiados em primeiro lugar, com 56 casos (41,2% desse total). À exceção dessa, outros tipos de associações – acadêmicas, sindicais, de moradores, etc. – foram muito pouco mencionadas. Registre-se enfim que 99 refugiados (20,5%) declararam relacionamento afetivo com brasileiro ou brasileira. Dentre esses relacionamentos, há 62 casos de namoros ou noivados e há 25 refugiados (25% desse grupo) que estão casados com brasileiro ou brasileira.

A imensa maioria dos entrevistados revelou ter amigos brasileiros (91%), o que é um importante indicador de integração e do estabelecimento de



O esporte é importante meio de integração de refugiados na sociedade brasileira, permitindo uma convivência harmoniosa com a população local.

espaços diversos de sociabilidade. Os laços sociais de amizades permitem compreender, ao menos parcialmente, o grande número de 373 refugiados (76,6% sobre 487) que participa de atividades sociais com brasileiros, demonstrando inserção em espaços sociais para além de seus círculos familiar e nacional. Não obstante, 114 entrevistados (23,4%) permanecem circunscritos aos seus ambientes natais e/ou domésticos (ou sem participar de atividade alguma), demonstrando aqui que há ainda muito caminho a percorrer em termos de integração para parte significativa dos refugiados hoje instalados no Brasil.

Em relação à cultura brasileira, a música é conhecida por 88% de nossa amostra enquanto as telenovelas e filmes são conhecidos por 58% e 54%, respectivamente, dos refugiados entrevistados. Em seguida temos livros e teatro conhecidos por 35% e 27% de nossa amostra. Enquanto música, telenovelas e filmes são produtos culturais bastante acessíveis e baratos - através da televisão aberta e das rádios, etc. - chama a atenção o interesse pela literatura e pelo teatro que são as manifestações culturais de mais difícil acesso devido ao preço das entradas.

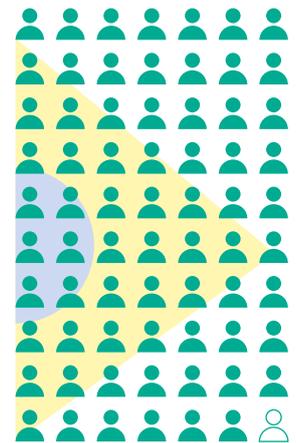
Integração Política e Cidadania

Do total de 474 refugiados que responderam a essa questão, um grupo de 382 refugiados (80,6%) revelaram o desejo de votar nos pleitos políticos brasileiros e apenas uma minoria (92 ou 19,4%) não manifestou esse interesse. Questionados sobre o desejo de ser votado para cargos políticos no Brasil, a maioria (280 ou 60%) foi favorável, o que não deixa de surpreender porque esse tema não está presente nos debates nacionais e também porque isso pode estar revelando conhecimento

do sistema político brasileiro, das atribuições dos eleitos e, finalmente, a possibilidade de ocupar (fazer carreira em) cargos de representação política. Questionados sobre o interesse em obter a nacionalidade brasileira, a **imensa maioria dos 484 respondentes (466 ou 96,3%) manifestou-se favoravelmente.** Percebe-se aqui o imenso potencial integrativo que, combinado ao desejo de participação política, indica a confiança na integração definitiva à sociedade brasileira.

96,3%

têm interesse em obter a nacionalidade brasileira



Atividades de lazer são essenciais para reforçar os vínculos culturais da população refugiada e compartilhar experiências com a comunidade que o acolheu.

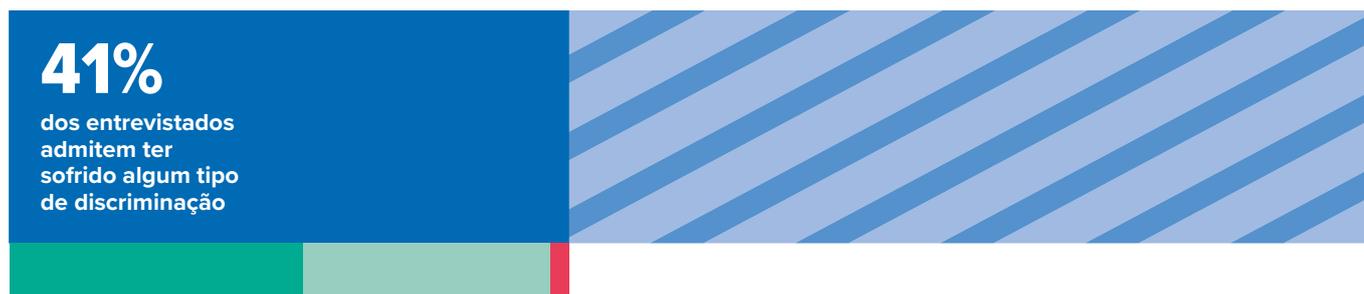
Obstáculos à Integração e Perspectivas futuras

Pouco mais da metade dos refugiados entrevistados (53,6%) tinha algum conhecimento prévio do Brasil antes de migrar contra 46,4% que declararam não ter conhecimento algum. Contudo, a grande maioria (87,2%) solicitou refúgio apenas no Brasil. Por outro lado, menos da metade dos refugiados entrevistados admitiu ter **sofrido algum tipo de discriminação (200 ou 41%)**. Dentre esses 200 que sofreram algum tipo de discriminação, o fato de ser estrangeiro foi o motivo mais citado para 147 deles (73,5% de 200). O fato de ser negro (atos racistas) aparece em segundo lugar (104 ou 52%). Como vimos que os congolese, segundo grupo de refugiados no Brasil, são majoritariamente negros, é possível afirmar que esse grupo nacional é o que mais sofre obstáculos aos processos integrativos. Por fim, 5 refugiados (12,5% desse grupo) daqueles que sofreram discriminação, vinculam o ato à sua orientação sexual, configurando assim o quadro de vulnerabilidade avançada dessa parcela da população de refugiados.

Dos 200 entrevistados que admitiram ter sofrido discriminação, apenas um deles não indicou o autor do ato. Isso dito, “cidadãos brasileiros” (ou seja, pessoas comuns) foram apontados como os principais agentes de atos de discriminação. É de se supor, assim, que esses atos ocorram em situações cotidianas, eventualmente no local de trabalho e/ou espaços públicos. Como um todo, freiam os processos integrativos. Em sentido inverso, o número de 28 autoridades policiais e de 34 servidores públicos apontados como autores de atos de discriminação não pode ser considerado pequeno (14% e 17%, respectivamente) uma vez que eles são, em tese, os mais capacitados a acolher e defender os refugiados.

As perspectivas futuras dos refugiados foram medidas através de algumas atitudes hipotéticas, tais como uma nova solicitação de refúgio e o desejo de permanecer no país e de trazer sua família. 355 refugiados entrevistados dentre os 456 respondentes (84%) afirmaram que realizariam uma nova solicitação de refúgio mesmo após conhecer a realidade brasileira. Temos aqui um número expressivo que aposta na sua vida no país, embora esse dado nos impossibilite interrogar as razões da recusa, declaradas por 101 outros refugiados (15,77%), de re-solicitar refúgio no Brasil. Indagados sobre o desejo de permanecer definitivamente no Brasil, obtivemos um percentual maior. Com efeito, 374 dos entrevistados (84% sobre 444 respondentes) afirmaram que sim, indicando possivelmente confiança em suas perspectivas futuras no país. Em suma, o pedido de refúgio e o desejo de permanecer no Brasil após o conhecimento da realidade brasileira indicam grande potencial integrativo e forte crença no futuro de sua vida no país.

A aposta no êxito de sua permanência no país evidencia-se finalmente por outro indicador, qual seja, o desejo de trazer seus familiares, através de processos de reagrupamento familiar. Dentre os 462 informantes, 265 (57%) responderam afirmativamente. Quando sabemos que 192 refugiados entrevistados (40%) fizeram o deslocamento para o Brasil junto com suas famílias, é possível dizer que praticamente todos os outros querem trazê-las.



Palavras finais

Todos os indicadores analisados reforçam-se e demonstram que, apesar das dificuldades com emprego, com a revalidação de diplomas e rendas ou salários considerados insuficientes, os refugiados acreditam em sua capacidade de adaptação e ascensão social no país, projetos que desejam construir nos ambientes familiares. Em síntese, o Brasil, nesse momento, apresenta-se como uma opção difícil, porém definitiva para a população refugiada analisada.



Acesse o estudo completo em nossa página: www.acnur.org.br

Diante da realidade analisada, apresenta-se a discussão sobre os elementos de política pública que podem ser postos em ação. De início, a construção de um cadastro nacional atualizado e a criação de meios de comunicação (e-mail, whatsapp, etc.) que permitam aos diferentes órgãos acompanhar o mais próximo possível a vida do refugiado e ouvir suas demandas. Dentre essas, uma das mais importantes é o reagrupamento familiar. Ao lado disso, estabelecer um cadastro de todas as instituições (religiosas, de ensino, associativas, etc.), que realizam algum tipo de atividade com migrantes e refugiados, contribuirá para organizar e potencializar as ações já direcionadas aos refugiados por diversas entidades da sociedade civil, ONGs, instituições religiosas e universidades.

Finalmente, queremos crer, o refugiado quer ser reconhecido em sua situação, mas não necessariamente exposto. Sua privacidade é elemento de sua segurança. Lidar com o refugiado é, portanto, contribuir, sem vigiar ou tutelar; é potencializar e não necessariamente conduzir. É, numa palavra, permitir que ele resgate e reconstrua sua vida da maneira como melhor lhe convier.

Este estudo foi coordenado pelos seguintes professores:

Equipe Nacional

Márcio de Oliveira
Coordenador Nacional

Antônio Tadeu de Oliveira
Leonardo Cavalcanti
Marley Vanice Deschamps

Equipe Rio Grande do Sul

Verônica Korber Gonçalves
Coordenadora

Equipe Santa Catarina

Gláucia de Oliveira Assis
Coordenadora

Equipe Paraná

Tatyana Scheila Friedrich
Coordenadora

Equipe São Paulo

Rosana Baeninger
Coordenadora

Equipe Rio de Janeiro

Charles P. Gomes
Coordenador

Equipe Distrito Federal

Lúcia Barbosa
Coordenadora

Equipe Minas Gerais

Duval Fernandes
Coordenador

Maria da Consolação
Gomes de Castro

Equipe Amazonas

Sidnei Antônio Silva
Coordenador

Manter a família unida após deixar o país de origem contribui com o equilíbrio emocional das pessoas refugiadas e colabora com sua integração em uma nova sociedade.

©ACNUR / Luiz
Fernando Godinho





🐦 @ACNURBrasil
📘 /ACNURPortugues
📷 @acnurbrasil
🏢 company/ACNURPortugues
acnur.org.br

#ComOsRefugiados

